

As empresas na melhoria do ensino

Experiências recolhidas pela Câmara Americana de Comércio são positivas

Adriana Lopes Arai
de São Paulo

Parcerias do setor público com o setor privado na educação começam a ganhar densidade no Brasil, como indicam muitos casos de sucesso discutidos ao longo desta semana na Feira da Educação e Cidadania, promovida pela Câmara Americana de Comércio.

A Natura, por exemplo, descobriu um jeito criativo de promover a melhoria da qualidade do ensino público, que nada pesa nas contas da empresa. É o Programa Crer para Ver. O objetivo é captar recursos para financiar projetos pedagógicos em escolas públicas.

O programa nasceu em meados de 1995 e o saldo líquido das captações desses dois anos chegou a R\$ 2,152 milhões. Os recursos foram usados para financiar 34 projetos, que atenderam a 112 mil crianças de 682 escolas (das zonas rural e urbana) espalhadas em 17 estados brasileiros.

Mas como a Natura conseguiu gerar esse volume de recursos? "Apenas otimizamos o uso de um dos nossos maiores ativos", conta

Guilherme Peirão Leal, vice-presidente executivo da Natura. Ele está falando das 170 mil consultoras-Natura que vendem a linha de cosméticos da empresa de porta em porta em todo o País. Desde 1995, além dos produtos Natura, as consultoras vendem produtos como cartões de Natal e embalagens para presentes. É com os recursos advindos da venda desses produtos que a empresa tem financiado os projetos de melhoria da educação. "Cada empresa tem um ativo em abundância que pode ser utilizado em programas como esse."

A Natura convenceu alguns de seus fornecedores e outras empresas a produzir os cartões e embalagens a preço de custo, e a Natura não tem nenhuma margem de lucro ao vender esses produtos. O valor de R\$ 2,152 milhões captado nos últimos dois anos já está livre de custos, como transporte e

armazenagem. A empresa já desenvolve um novo produto com o mesmo objetivo, que começa a ser comercializado ainda este ano.

As empresas servem como eficientes agentes de mobilização junto à comunidade para projetos dessa natureza, diz Guilherme Leal. "Uma ação dessas faz com que a sociedade se organize, garantindo a continuidade de programas sociais", afirma. "Quanto aos governos, eles mudam e não dão andamento a projetos iniciados por seus antecessores."

Em sua opinião, são essas pequenas experiências individuais que habilitam as empresas a participar efetivamente da discussão sobre políticas públicas. "São as empresas que devem definir o perfil do trabalhador de que vai precisar".

Esse exemplo diferencia-se de outros pelo montante de recursos que conseguiu gerar, mas há muitos



Guilherme Peirão Leal

empresas que têm contribuído para a melhoria do ensino público sem ter de desembolsar diretamente a totalidade dos recursos.

As empresas podem contribuir para a formação de acervos de bibliotecas nas escolas, doar equipamentos usados, material didático. E ainda colaborar para a profissionalização na administração da escola, uma vez que a grande maioria dos diretores de estabelecimentos de ensino são exclusivamente educadores.

Durante esta semana, a Câmara Americana de Comércio (AmCham) promoveu uma série de eventos dedicados ao tema Educação e Cidadania. O secretário norte-americano da Educação, Richard Riley e o presidente da AmCham, Daniel Miller, assinaram um acordo de cooperação para estimular a participação empresarial nas questões relativas à educação. O acordo estipula que os signatários troquem informações sobre suas experiências em parcerias dos setores público e privado na educação e estimulem o nascimento de iniciativas, como o Instituto Qualidade no Ensino (IQE) da AmCham, criado em 1992.